

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

CONJUNTURA ECONÔMICA DO CEARÁ

3º TRIMESTRE-2003

Fortaleza-CE
Novembro/2003

GOVERNADOR

Lúcio Gonçalo de Alcântara

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

SECRETÁRIO

Francisco de Queiroz Maia Júnior

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

DIRETOR GERAL

Marcos Costa Holanda

DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS

Antônio Lisboa Teles da Rosa

DIRETOR DE ESTUDOS SETORIAIS

Jair do Amaral Filho

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Cláudio André Gondim Nogueira

Maria Eloísa Bezerra da Rocha

Rogério Barbosa Soares

Ronaldo de Oliveira Almeida

Rose Mary Galvão Teixeira

Yoshio Namekata

COLABORAÇÃO

Margarida Nascimento

ESTAGIÁRIO

Cícero Wailton Lima Rodrigues

Francisco Franklande Mariano Braga

EDITORAÇÃO

Clécio Queiroz

Dulcineide Bessa

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta o boletim de Conjuntura Econômica do 3º trimestre de 2003.

O documento aborda o desempenho da economia cearense levando em consideração as contas regionais e o comportamento setorial, destacando-se a agropecuária, indústria, comércio, turismo e finanças públicas.

A seção Opinião IPECE traz três artigos. O primeiro traz uma síntese sobre a Coerência na Política Macroeconômica do Brasil. O segundo e o terceiro versam sobre o Desenvolvimento Social no Ceará e o Programa Combustível Verde-Biodiesel, do Governo Federal, e implementado, recentemente, no Ceará.

O IPECE com a divulgação da Conjuntura Econômica, procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo sobre a economia cearense.

Marcos Costa Holanda
Diretor Geral do IPECE

SUMÁRIO

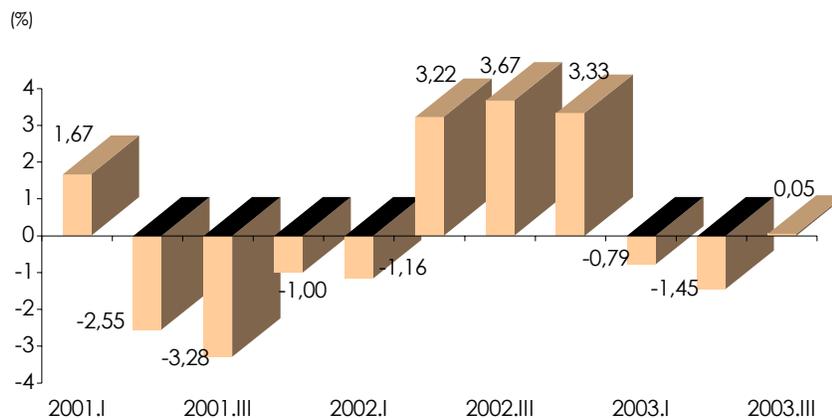
- 1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO, 7
 - 1.1 Resultados do 3º Trimestre de 2003, 7
- 2 DESEMPENHO SETORIAL, 9
 - 2.1 Agropecuária, 9
 - 2.2 Indústria, 10
 - 2.3 Comércio Varejista, 12
 - 2.4 Comércio Exterior, 13
 - 2.5 Mercado de Trabalho, 15
 - 2.6 Turismo, 16
 - 2.7 Preços, 17
 - 2.8 Juros e Câmbio, 18
- 3 FINANÇAS PÚBLICAS, 19
 - 3.1 Resultado Fiscal, 19
 - 3.2 Dívida Pública, 20
 - 3.3 Receitas, 21
 - 3.4 Despesas, 23
- OPINIÃO IPECE, 24
 - Coerência na Política Macroeconômica, 24
 - Desenvolvimento Social no Ceará: O Início de uma longa caminhada, 26
 - Programa Combustível Verde - Biodiesel de mamona, 29

1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO

1.1 Resultados do 3º trimestre de 2003

A economia cearense, após dois trimestres consecutivos de taxas negativas, no 3º trimestre/2003, apresentou uma variação positiva de 0,05%, praticamente estabilizando-se frente aos resultados obtidos em igual período de 2002. (Gráfico 1). No acumulado do ano a taxa apresenta-se negativa em 0,70%.

Gráfico 1 Evolução do PIB trimestral, a preços básicos – Ceará - 2001-2003



Fonte: IPECE/Diretoria de Macroeconomia.

(*) Compara o trimestre em referência ao mesmo trimestre do ano anterior.

(**) Dados ajustados.

O crescimento de 0,05%, foi superior a taxa negativa de 1,20% registrada pelo PIB nacional, a preços básicos, no mesmo período de comparação, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 Taxa de crescimento do PIB Trimestral, a preços básicos por setores – Brasil e Ceará - 3º Trimestre 2002-2003 (*)(**)

SETOR DE ATIVIDADE	2002.III	2002.IV	2003.I	2003.II	2003.III
CEARÁ					
Agropecuária	32,96	28,7	4,09	4,96	12,66
Indústria	1,25	2,4	-1,82	-4,87	-2,96
Serviços	1,82	1,56	-0,5	-0,07	0,02
PIB a Preços Básicos	3,67	3,33	-0,79	-1,45	0,05
Setor de Atividade	2002.III	2002.IV	2003.I	2003.II	2003.III
BRASIL					
Agropecuária	6,9	3,2	10,6	7,3	-2,8
Indústria	4,2	8,0	3,3	-3,5	-1,6
Serviços	2,1	1,8	0,2	-0,3	-0,8
PIB a Preços Básicos	3,2	4,1	2	-0,7	-1,2

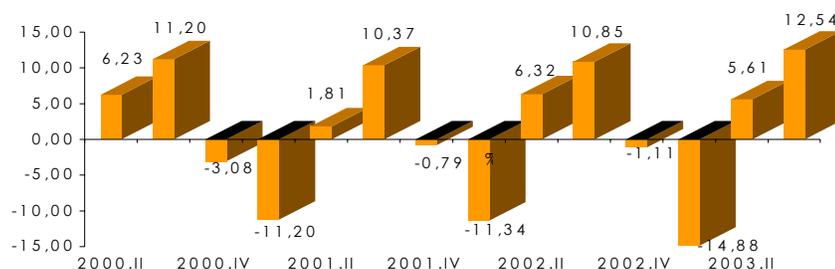
Fonte: IPECE/Diretoria Macroeconomia e IBGE/Coordenação de Contas Nacional.

(*) Compara o trimestre em referência ao mesmo trimestre do ano anterior.

(**) Dados ajustados.

Fazendo-se a análise do PIB trimestral sem considerar os efeitos sazonais, o gráfico 2 mostra que houve um acréscimo de 12,54% no 3º trimestre/2003 em relação do trimestre anterior, ou seja, sobre o 2º trimestre/2003.

Gráfico 2 Evolução (%) do PIB Trimestral preços básicos - Ceará - 2001-2003 (Sem ajuste sazonal)
(*) (**) (%)



Fonte: IPECE/Diretoria de Macroeconomia e IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(*) Compara o trimestre em referência ao mesmo trimestre anterior.

(**) Dados ajustados.

O destaque do 3º trimestre/2003 foi a agropecuária que registrou um crescimento de 12,66%, em detrimento da queda na indústria (-2,96%) e da estabilidade verificada nos serviços, que cresceu, apenas, 0,02%. (Tabela 1).

O crescimento da agropecuária cearense deveu-se a expansão da lavoura e da produção animal, com relevância para o milho, banana, castanha de caju e camarão de cativeiro.

No 3º trimestre/2003, a indústria cearense apresentou uma queda de 2,96%, no PIB trimestral, a preços básicos, frente ao 3º trimestre/2002. Tal comportamento da indústria decorreu de decréscimos verificados na construção civil, 7,46%, na transformação, 1,63%, e na extrativa mineral, 10,99%. Dentre os quatro ramos da indústria, somente o segmento de eletricidade, gás e água apresentou um aumento (19,06%).

Por sua vez, o setor de serviços, que responde por mais de 50% do PIB estadual, basicamente, estabilizou-se, com uma taxa de 0,02%, no 3º trimestre/2003 sobre 2002. A dificuldade maior dos serviços continua sendo o comportamento do comércio, que ainda apresenta taxa negativa (-5,48%). Em contrapartida, o segmento de alojamento e alimentação acusou um crescimento de 2,61%, no 3º trimestre/2003

sobre igual período do ano passado, o que colaborou para a estabilidade dos serviços, no período em referência.

Com esses resultados, estima-se que a economia cearense feche o ano com uma taxa de crescimento do PIB de 0,5%, próxima da estimativa para o Brasil de 0,4%. Essa previsão é baseada no comportamento da economia no período de 2000 a 2003.

O fraco desempenho da economia nacional, no ano de 2003, tem se refletido sobre a economia cearense. Assim, alguns indicadores macroeconômicos, por quase todo o ano de 2003, apresentaram-se em níveis ainda muito elevados, como no caso da taxa Selic, com reflexo no desempenho da indústria e do comércio.

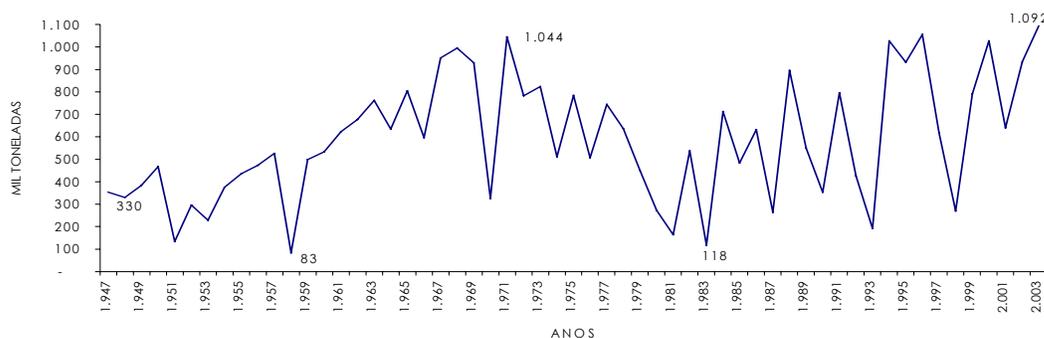
Apesar dos bons resultados das exportações, com superávits na balança comercial, os mesmos não foram suficientes para reverter a tendência de desaceleração da economia nacional e local.

2 DESEMPENHO SETORIAL

2.1 Agropecuária

De acordo com os dados do Levantamento Sistemático da Produção (LSPA)/IBGE, o Ceará deverá obter uma produção recorde de grãos, prevista de 1,092 milhão de toneladas para o ano de 2003, constituindo-se na maior desde 1947. Esse resultado é explicado, em parte, pelo incentivo dado pelo governo estadual através dos Programas de distribuição de sementes híbridas de algodão e milho, Hora de Plantar e outros, que proporcionaram a expansão da fronteira agrícola e ganhos de produtividade nos últimos anos. Dentre os sete produtos cultivados (algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, milho e sorgo) destacam-se a participação do milho (68,94%), feijão (19,12%) e arroz (9,36%). O incremento da safra de grãos foi previsto pelo IBGE em 17,21% sobre a registrada em 2002. (Gráfico 3).

Gráfico 3 Evolução da Produção de Grãos do estado do Ceará, 1947 – 2003



Fonte: IBGE.

No que se refere à produção animal, as informações da Associação dos Avicultores do Ceará (ACEAV) mostram que a oferta de frango comercial reduziu-se em 24,08%, no 3º trimestre/2003 sobre o 3º trimestre/2002, passando de 31,70 mil toneladas para 24,07 mil toneladas, respectivamente.

No que se refere a oferta de ovos comerciais, no mesmo período, houve uma queda de 22,87%, passando a produção de 17,52 milhões (2002) para 13,51 milhões de dúzias (2003).

Quanto ao abate de animais submetidos ao Serviço de Inspeção Estadual, de acordo com os dados do Frigorífico Industrial do Cariri e do Núcleo de Defesa e Inspeção animal – NUDIA/SEAGRI, o abate de bovinos do 3º trimestre/2003 sobre o 2º trimestre/2003, cresceu 12,46%, no entanto, comparando-se o 3º trimestre/2003 sobre igual período de 2002, registrou-se uma redução de 9,93%.

Em se tratando da carcinicultura cearense, em especial, a produção de camarão, gerou uma receita de US\$ 61,73 milhões em exportações, de janeiro a setembro/2003, superior em 11,95% a registrada no mesmo período de 2002, US\$ 55,142 milhões.

2.2 Indústria

A indústria cearense, em setembro/2003, após seis meses consecutivos de resultados negativos, registrou um crescimento positivo na produção de 1,41%, em relação a setembro/2002. Nas outras modalidades de comparação as taxas foram negativas: no acumulado do ano (-1,75%) e nos últimos doze meses (-0,63%). (Tabela 2).

A elevação de 1,41%, em setembro/2003 sobre setembro/2002, na produção industrial do Ceará, ocorreu em função dos resultados das atividades ligadas a produto alimentar (4,00%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (4,01%) e metalúrgica (19,67%), segmentos com significativo peso dentro do setor. Com resultados negativos, na produção industrial, destacaram-se as indústrias de têxtil (-9,69%) e minerais não-metálicos (-23,67%). Mais detalhes podem ser vistos na Tabela 2.

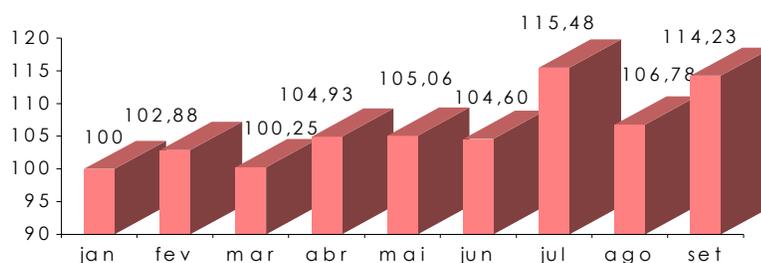
Tabela 2 Evolução da produção física da indústria, taxas de crescimento (%) por atividade Ceará – 2002-2003

GÊNEROS	TAXA DE VARIAÇÃO (%)		
	Mensal	Acumulado	
	Setembro-2003/ Setembro-2002	Janeiro – Setembro/03/02	Últimos 12 meses
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1,41	-1,75	-0,63
Minerais não-metálico	-23,67	-12,12	-7,78
Metalúrgica	19,67	-12,09	-3,31
Mat. Elétricos de comunicação	55,90	49,98	28,00
Couro e Pele	38,34	2,67	7,31
Química	31,61	5,20	-1,55
Farmacêutica	-1,97	5,15	13,37
Perfumaria, sabão, vela	79,76	-13,28	-16,49
Produto de Mat. plástica	-25,46	-16,25	-20,66
Têxtil	-9,69	-4,03	-2,45
Vestuário, calçados e artefato. de tecido	4,01	0,04	2,82
Produto alimentar	4,00	2,71	0,62
Bebida	18,95	-1,48	-0,06

Fonte: IBGE.

Analisando os resultados mensais de 2003, da produção física da indústria cearense, tomando-se janeiro/2003 como base=100, tem-se um crescimento acumulado de 14,23%, como pode ser visto no Gráfico 3. As atividades que mantiveram desempenho positivo, no ano, foram minerais não-metálicos (5,7%), têxtil (3,3%) e vestuário, calçados e artefatos de tecidos (0,8%). Analisando o gráfico 3, mostra também que as atividades industriais do Estado, iniciam um processo de retomada de crescimento.

Gráfico 3 – Índices da Produção física mensal – Ceará - Janeiro a Setembro/2003
(Janeiro/03=100)

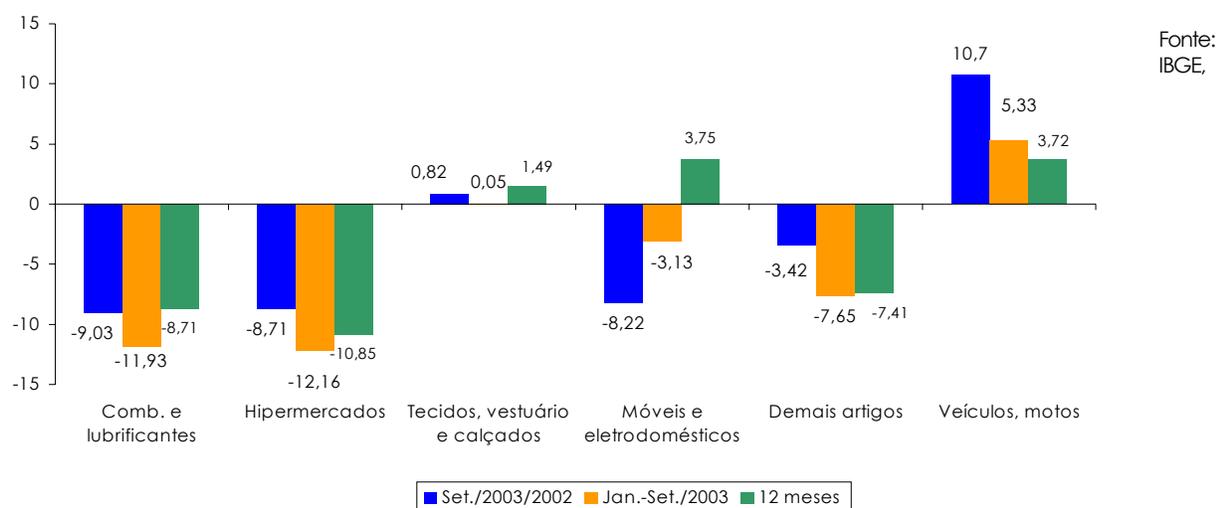


Fonte: IBGE.

2.3 Comércio varejista

Em setembro, o comércio varejista do Ceará registrou queda de 6,12% no volume de vendas com relação a setembro do ano passado, acumulando de janeiro a setembro/2003 e nos últimos 12 meses variações de -8,18% e -5,95%, respectivamente. (Gráfico 5 e Tabela 3).

Gráfico 5 - Variação (%) do volume de vendas no varejo, por atividade - 2002/2003



Fonte: IBGE.

Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

(1) Base 12 meses: 12 meses imediatamente anteriores aos 12 últimos meses = 100.

As atividades hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo acusaram uma queda de 8,71% no volume de vendas em setembro/2003 sobre setembro/02, exercendo o principal impacto negativo no cômputo da taxa global do varejo. No que se refere ao acumulado do ano, janeiro a setembro/2003 sobre 2002, este segmento registrou uma taxa

negativa de 12,16%, repetindo a mesma tendência verificada nos últimos doze meses, -10,85%. (Tabela 3).

Tabela 3 - Variação do volume de vendas no varejo, por atividade Ceará - 2002-2003

GÊNEROS	TAXA DE VARIAÇÃO (%)		
	Mensal	Acumulado	
	Set/2003/ Set./2002	Jan.-Set./03/02	Últimos 12 Meses ¹
Comércio varejista	-6,12	-8,18	-5,95
Combustíveis e lubrificantes	-9,03	-11,93	-8,71
Hipermercado e supermercados	-8,71	-12,16	-10,85
Tecidos, vestuário e calçados	0,82	0,05	1,49
Móveis e eletrodomésticos	-8,22	-3,13	3,75
Demais art. pessoais e domésticos	-3,42	-7,65	-7,41
Veículos, motos, partes e peças	10,70	5,33	3,72

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

(1) Base 12 meses: 12 meses imediatamente anteriores aos 12 últimos meses = 100.

A atividade de combustíveis e lubrificantes, com retração no volume de vendas de 9,03%, em setembro/2003 sobre setembro/2002, exerceu o segundo maior impacto negativo para taxa global. Seus resultados acumulados, que continuam ascendentes em termos negativos, atingiram variações de -11,93% no acumulado do ano e -8,71% no acumulado dos últimos 12 meses.

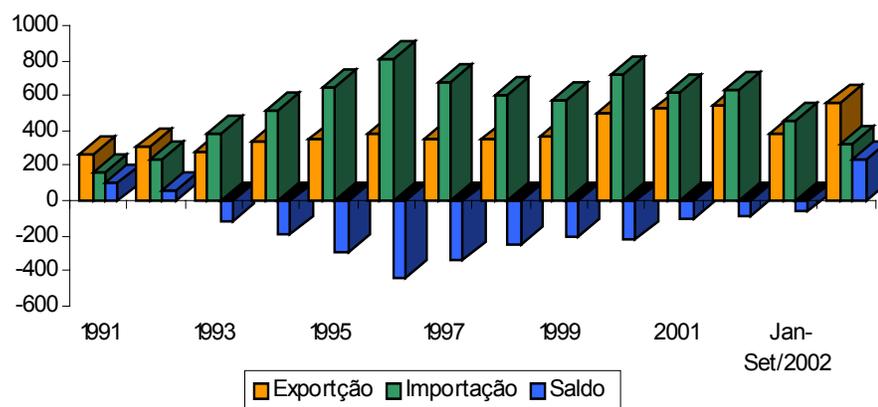
Os melhores resultados do varejo foram registrados pelo segmento tecidos, vestuário e calçados, ao assinalar acréscimo no volume de vendas do mês de setembro/2003 sobre setembro/2002, de 0,82%. Esse item no acumulado do ano, apresentou taxa positiva de 0,05% e, no acumulado dos últimos 12 meses, a taxa apresentou-se com variação de 1,49%. (Tabela 3).

2.4 Comércio Exterior

As exportações cearenses registraram de janeiro a setembro/2003 o valor de US\$ 561,13 milhões, suplantando o total exportado pelo Estado em todo o ano de 2002 (US\$ 543,90 milhões).

O resultado positivo das exportações (45,23%) e a redução das importações cearenses (-26,84%) resultaram num superávit na balança comercial do Ceará de US\$ 231,67 milhões, constituindo-se no nono saldo positivo registrado no ano de 2003.

Gráfico 6 Balança Comercial – Ceará 1991 - Janeiro a Setembro/2003
(*)(US\$ milhão/FOB)



Fonte: SECEX/MDIC.

(*) Dados sujeitos a modificação.

Os resultados alcançados de janeiro a setembro/2003 colocaram o Ceará na 2ª colocação entre os estados nordestinos e na 13ª posição em nível nacional. Em relação ao país, as vendas externas cearenses representaram 1,06% do total das exportações brasileiras. Os Estados Unidos lideram a lista dos países de destino das exportações cearenses, com uma participação de 42,98% e em segundo lugar, a Argentina, com um percentual de 6,24%.

As importações cearenses continuam em queda e acumularam, no ano, o valor de US\$ 329,46 milhões. Este resultado representa o recuo de 26,84% verificado nas importações dos Estados Unidos (-57,50%) e da Argentina (-9,12%), maiores parceiros do Ceará.

Apesar da queda verificada nas importações totais do Ceará, merecem destaque as importações oriundas da Grécia (algodão) e da Bélgica (óleo diesel, caixas e caixotes, outros derivados sulfanados dos hidrocarbonetos, partes de árvores de transmissão e batatas preparadas congeladas ou não), com taxas de 36.157,42% e 1.640,91%, respectivamente. Esses resultados ocasionaram uma ampliação na participação dos dois países nas importações realizadas pelo Ceará.

Estima-se para o fechamento do ano, que as exportações alcancem o valor de US\$ 800,00 milhões, aproximadamente. A perspectiva está baseada nos resultados positivos registrados por produtos como calçado, amêndoa da castanha de caju e têxtil.

2.5 Mercado de Trabalho

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho (MTE), no período de janeiro a setembro de 2003, foram gerados 10.865 novos empregos no Ceará. Apesar do saldo positivo observa-se que este saldo foi inferior em 49,52% ao verificado no igual período do ano anterior quando todas as atividades econômicas tiveram desempenho positivo.

Destacaram-se, em 2003, com saldos positivos, as atividades ligadas aos Serviços (com +7.258 postos de trabalho), a Indústria de Transformação (com +2.598 postos de trabalho), agropecuária (com +1.225 postos de trabalho) e o Comércio (com +711 postos de trabalho).

Os saldos negativos, ocorridos no período em análise, ficaram por conta das indústrias de construção civil (-886), extrativa mineral (-162) e serviços industriais de utilidade pública (-19), conforme pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 Evolução do emprego formal por atividades econômicas - Ceará 2002- 2003

ATIVIDADES ECONÔMICAS	JANEIRO A SETEMBRO DE 2002			JANEIRO A SETEMBRO DE 2003			VARIÇÃO (%)
	Admis.	Deslig.	Saldo	Admis.	Deslig.	Saldo	
Extrativa Mineral	571	438	133	491	653	-162	-6,69
Transformação	42.218	35.160	7.058	39.112	36.514	2.598	1,67
SIUP	815	657	158	1.295	1.314	-19	-0,29
Construção civil	23.774	23.197	577	21.263	22.149	-886	-2,83
Comercio	32.230	27.996	4.234	32.334	31.623	711	0,68
Serviços	52.374	44.680	7.694	54.393	47.135	7.258	3,34
Adm. Pública	287	220	67	244	133	111	0,32
Agropecuária	6.290	4.687	1.603	7.371	6.146	1.225	7,94
Outras	2	1	1	38	9	29	1450,00
Total	158.561	137.036	21.525	156.541	145.676	10.865	1,91

Fonte: TEM, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei nº 4923/65

A taxa de desemprego em Fortaleza em agosto/2003, foi de 17,39% com mais de 169 mil pessoas em busca de emprego na cidade, apesar de continuar alta, esta se manteve estável em relação à de 17,55% a de julho.

Segundo a pesquisa do SINE/IDT, a estabilidade no nível de desemprego verificada em Fortaleza nos últimos meses é constatada tanto entre os desempregados com experiência (13,20%) como entre aqueles que buscam o primeiro emprego (5,72%). O

número de desempregados com experiência de trabalho em agosto foi de 121.788, enquanto o número dos que buscam o primeiro emprego foi de 47.715 pessoas.

Tabela 5 Indicadores do mercado de trabalho – Fortaleza (%)

DISCRIMINAÇÃO	AGO./2002	JUL. /2003		AGO. /2003	
	Taxa	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto
População Economicamente Ativa	46,41	47,30	975.587	47,70	992.409
Ocupação	38,25	38,43	792.762	38,70	805.043
Ocupação Informal	51,95	51,73	410.096	52,06	419.105
Desemprego Aberto	16,49	17,55	168.679	17,39	169.503
Desemprego Cessante	12,63	13,20	120.555	13,14	121.788
Desemprego Não Cessante	5,03	5,72	48.124	5,59	47.715
Desemprego Total	18,07	19,21	188.477	19,21	191.501
População Não Economicamente Ativa	53,59	52,70	1.086.965	52,30	1.088.114

Fonte: Pesquisa Direta, SINE/CE-IDT.

2.6 Turismo

Segundo a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) a demanda turística, via Fortaleza, decresceu em 6,5%, no período janeiro a setembro/2003 sobre o mesmo período de 2002, perfazendo um total de 1,13 milhão de visitantes. Vale ressaltar que desse total, 600,36 mil hospedaram-se em hotéis, registrando uma queda de 3,4% na demanda hoteleira, no período em análise, conforme pode ser observado na Tabela 6. Com isso, a taxa média de ocupação caiu de 52,1%, em 2002, para 49,9%, em 2003.

Tabela 6 Demanda da oferta hoteleira - Fortaleza -Janeiro-Setembro/2002-2003

MESES	DEMANDA HOTELEIRA			DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA		
	2002	2003	Var. %	2002	2003	Var. %
Janeiro	103.542	103.689	0,1	201.828	198.638	-1,6
Fevereiro	58.191	58.052	-0,2	114.450	109.532	-4,3
Março	55.827	56.362	1,0	108.659	104.373	-3,9
Abril	55.096	56.005	1,6	106.838	107.702	0,8
Maió	61.916	56.371	-9,0	123.832	108.405	-12,5
Junho	62.643	58.431	-6,7	124.787	112.367	-10,0
Julho	90.534	84.083	-7,1	173.436	155.709	-10,2
Agosto	66.523	65.755	-1,2	125.043	119.555	-4,4
Setembro	66.935	61.610	-8,0	131.245	115.160	-12,3
Total	621.207	600.358	-3,4	1.210.118	1.131.441	-6,5

Fonte: SETUR.

2.7 Preços

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo IBGE para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), apresentou, no acumulado do ano, janeiro a setembro/2003, uma taxa positiva de 7,90%, menor do que a média nacional (8,96%). No mês de setembro/2003, a inflação foi de 0,36% superior a registrada em agosto/2003 (-0,13%). (Tabela 7).

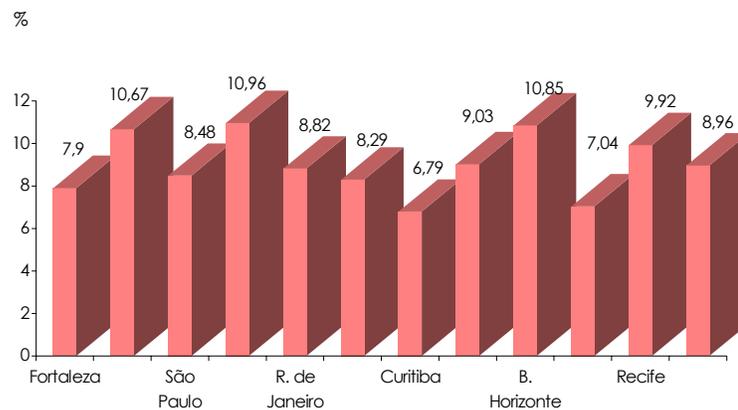
Tabela 7 Evolução do INPC por regiões metropolitanas pesquisadas - Janeiro-Setembro/2003

REGIÕES	VARIÇÃO (%)		
	Agosto	Setembro	Acumulado no ano
Fortaleza	-0,13	0,36	7,90
Brasília	0,39	1,34	10,67
São Paulo	0,16	0,94	8,48
Salvador	-0,13	1,82	10,96
Rio de Janeiro	0,55	0,39	8,82
Porto Alegre	0,25	0,36	8,29
Curitiba	0,16	0,51	6,79
Goiânia	0,33	0,67	9,03
Belo Horizonte	0,30	0,69	10,85
Belém	0,65	0,98	7,04
Recife	-0,34	0,85	9,92
Brasil	0,18	0,82	8,96

Fonte: IBGE.

O gráfico 7 mostra que a inflação da RMF, medida pelo INPC, modo geral, seguiu a mesma tendência das taxas verificadas para o Brasil, no período de janeiro a setembro de 2003.

Gráfico 7 Evolução (%) do INPC/IBGE nas regiões metropolitanas pesquisadas Janeiro-Setembro/2003



Fonte: IBGE.

O comportamento da inflação da RMF, no mês de setembro/2003 em relação a agosto/2003, mostra elevação nos preços de alguns produtos e serviços que compõem os grupos de comunicação (1,85%), despesas pessoais (1,00%), vestuário (0,90%), transporte (0,52%), artigos de residência (0,42%), saúde e cuidados pessoais (0,37%), alimentação e bebidas (0,25%) e educação (0,23%). Dos nove grupos, habitação registrou taxa negativa de 0,24%, em setembro de 2003 relativamente a agosto/2003 (Tabela 8).

Tabela 8 Evolução do INPC – Região Metropolitana de Fortaleza 2002-2003

GRUPOS	PESO (%)	VAR. MENSAL (%)/2003		VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)
		AGOSTO	SETEMBRO	
Índice geral	100,00	-0,13	0,36	7,90
Alimentação e bebidas	38,01	-0,50	0,25	5,29
Habitação	14,85	-0,10	-0,24	12,33
Art. de residência	6,28	-0,09	0,42	5,64
Vestuário	6,13	1,21	0,90	7,28
Transportes	14,47	0,10	0,52	8,67
Saúde/c. pessoais	8,47	-0,64	0,37	11,25
Despesas pessoais	6,64	0,38	1,00	5,60
Educação	3,04	0,19	0,23	12,80
Comunicação	2,10	0,96	1,85	18,32

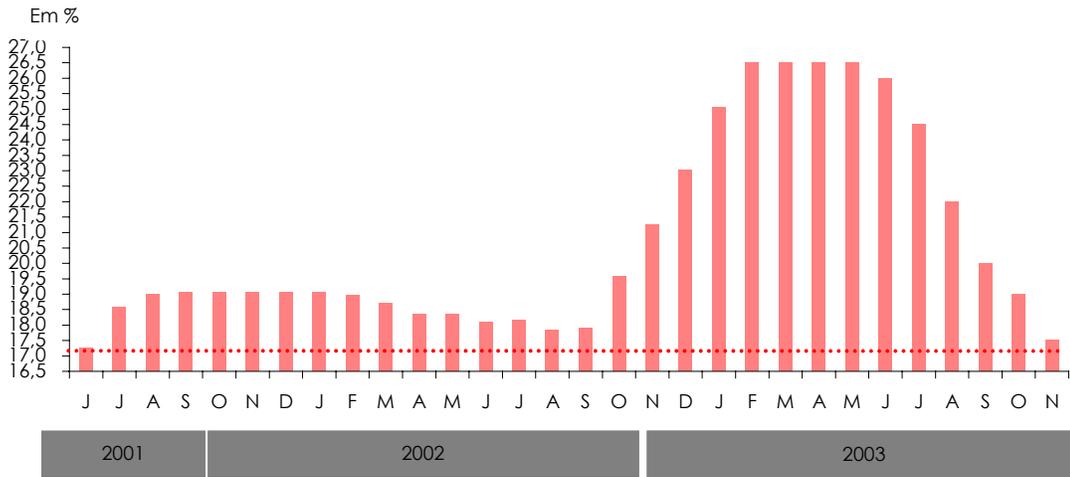
Fonte: IBGE.

2.8 Juros e Câmbio

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, decidiu em reunião nos dias 18 e 19 de novembro do corrente ano, reduzir a taxa de juros Selic em 1,5 ponto percentual, fixando-a em 17,5% ao ano. A decisão tomou como base a "avaliação das perspectivas favoráveis para a trajetória da inflação e o levantamento dos riscos que cercam essa trajetória".

Essa foi a sexta vez consecutiva que o Copom promoveu um corte de juros. Com a redução, a Selic acumulou uma queda de 9,0% no ano de 2003. Trata-se da menor taxa desde junho de 2001, quando o Banco Central aumentou a SELIC de 16,75% para 18,25, devido à crise gerada pelo racionamento de energia. A trajetória de queda da taxa de juros afeta, positivamente, o nível de atividade econômica e os resultados das contas do setor público, reduzindo o custo de seu endividamento. No caso do Ceará, 4,00% da dívida é indexada a taxa Selic. O gráfico 8 abaixo, mostra a evolução da taxa Selic no período Junho/2001 a outubro/2003.

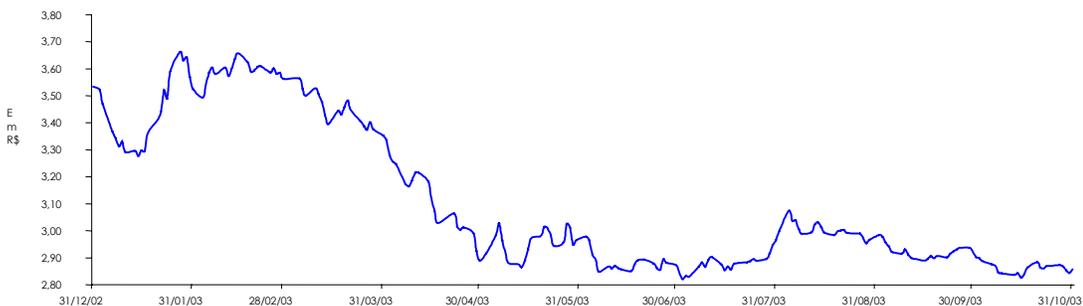
Gráfico 8 Evolução da taxa de Juros Selic - Julho/2001- Novembro/2003



Fonte: Banco Central do Brasil

No que se refere ao comportamento do câmbio, o dólar comercial para venda, registrou uma queda de 19,16%, no período de janeiro a outubro de 2003, conforme mostra o gráfico 9. O real, ao longo do ano, tem se valorizado frente ao dólar, em função, sobretudo, da entrada de moeda americana na economia nacional através da balança comercial, entrada de capital e empréstimos (captação).

Gráfico 9 Cotação diária - dólar comercial venda - dezembro/2002-outubro/2003



Fonte: Banco Central do Brasil.

3 FINANÇAS PÚBLICAS

3.1 Resultado Fiscal

No período de Janeiro a agosto de 2003, o Ceará acumulou um superávit primário de R\$ 484,79 milhões, equivalentes a 1,79% do PIB estimado para 2003. Esse resultado supera o verificado no mesmo período de 2002, quando o estado acumulou um superávit de R\$ 278,46 milhões, o que representava 1,12% do PIB, conforme mostra a tabela 9.

Tabela 9 Resultado primário – Ceará – Janeiro/Agosto 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	2002	2003
RECEITAS FISCAIS CORRENTES	3.331.647	3.739.030
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.651.573	1.932.426
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	192.389	241.853
Receita Previdenciária	192.389	241.853
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	38	356
Receita Patrimonial	47.864	28.255
(-) Aplicações Financeiras	47.826	27.899
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.383.353	1.429.234
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	104.295	135.161
Dívida Ativa	6.749	15.459
Diversas Receitas Correntes	97.546	119.702
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL	148.703	153.495
Receitas de Capital Líquidas	148.703	153.495
(-) Operações de Crédito	124.447	145.379
(-) Amortizações de Empréstimos	207	-
(-) Receitas de Alienação de Ativos	1	801
Transferências de Capital	138.513	137.337
Convênios	138.513	137.337
Outras Transferências de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital	10.191	16.158
TOTAL (I)	3.480.350	3.892.525
DESPESAS FISCAIS CORRENTES	2.750.355	3.059.523
DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS	2.750.355	3.059.523
Pessoal e Encargos Sociais	1.483.753	1.694.020
Outras Despesas Correntes	1.266.601	1.365.503
(-) Juros e Encargos da Dívida	163.792	185.172
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL	451.531	348.211
DESPESAS LÍQUIDAS DE CAPITAL	451.531	348.211
Investimentos	449.193	344.771
Inversões Financeiras	2.338	3.441
(-) Concessão de Empréstimos	208.734	256.184
(-) Amortização da Dívida	176.352	226.184
TOTAL (II)	3.201.885	3.407.735
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	278.465	484.790
IV - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB¹	1,12%	1,79%

Fonte: SEFAZ/IPECE

¹ Valor 2003 calculado com base no PIB Estimado.

3.2 Dívida Pública

Em setembro/2003, a dívida do estado totalizava o valor de R\$ 4,36 bilhões. Em relação a dezembro de 2002, a mesma sofreu uma redução de R\$ 469,62 milhões, em

decorrência, basicamente, das amortizações do principal e do efeito da valorização cambial sobre o seu estoque. Em setembro/2003, a dívida atingiu a relação de 1,07 da Receita Corrente Líquida (RCL), significando uma folga no nível de endividamento do estado, cujo limite máximo é de até duas vezes a RCL, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando que o endividamento estadual poderia ir até o valor de R\$ 8,16 bilhões.

Tabela 10 Dívida total e receita corrente líquida – Ceará – 2002-2003

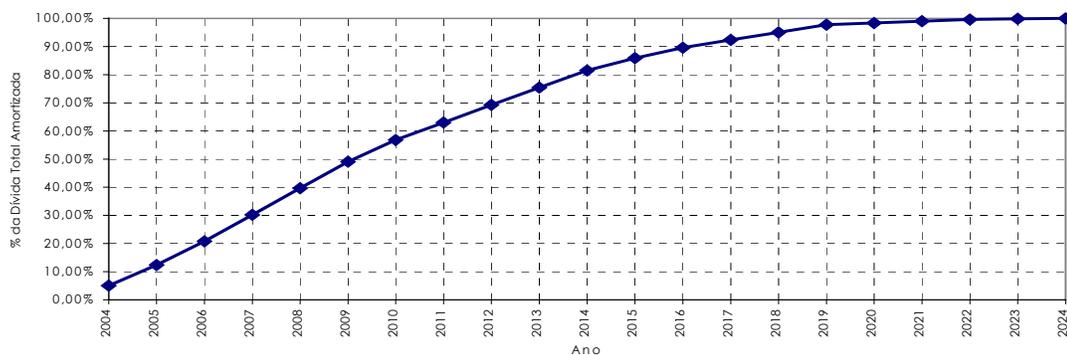
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		
	2002	Setembro/2003	Var. (%)
Dívida interna	3.019.939	2.829.662	-6,30
Dívida externa	1.807.452	1.528.107	-15,46
Dívida total	4.827.391	4.357.769	-9,73
Receita corrente líquida (RCL)	3.368.508	4.080.106*	-
Dívida total/Receita corrente líquida	1,43	1,07	-

Fonte: SEFAZ/IPECE.

* Valor Referente a RCL de Agosto/2003.

O gráfico 10 mostra o cronograma de amortização das dívidas interna e externa do estado, prevista para o período 2004 a 2029. Ele mostra que mesmo tendo um nível de endividamento baixo, o Ceará está sendo demandado a amortizar sua dívida em um nível muito forte e injustificável do ponto de vista de sustentabilidade fiscal.

Gráfico 10 - Dívida Interna, Externa e Amortização - Ceará - Acumulada em (%) 2004-2029



Fonte: SEFAZ/IPECE

3.3 Receitas

O Estado do Ceará apresentou, no período de janeiro a setembro de 2003, receita de R\$ 3,86 bilhões, inferior em 6,04%, em termos reais, à obtida em igual período de 2002. Desta receita, 93,25% procederam de receitas correntes, as quais são constituídas em 59,94% pelas receitas tributárias.

Tabela 11 Receita estadual – Ceará – 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		VARIACÃO. (%)	
	Jan. a Set./2002 ¹	Jan. a Set./2003	Nominal	Real
Total	4.105.995	3.858.047	14,06	-6,04
Receitas correntes	3.807.418	3.597.528	14,69	-5,51
Receita tributária	2.235.867	2.156.217	17,06	-3,56
Transferências correntes	1.453.918	1.288.422	7,57	-11,38
Outras receitas correntes	117.634	152.889	57,77	29,97
Receitas patrimoniais	61.376	29.013	-42,62	-52,73
Receitas de capital	237.201	231.506	18,47	-2,40
Operações de crédito	168.439	167.604	20,78	-0,50
Transferências de capital	54.602	45.583	1,33	-16,52
Outras receitas de capital	14.159	18.320	57,05	29,38

Fonte: SEFAZ/IPECE.

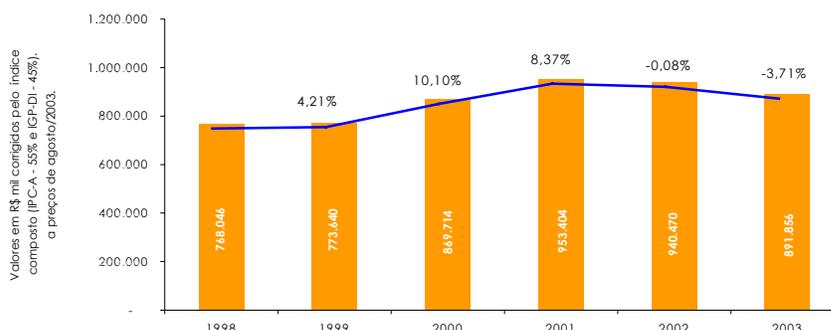
¹ Valores a corrigidos pelo índice composto (IPC-A 0 55% e IGP-DI – 45%) a preços médios de setembro/2003.

Ressalte-se que, no período em análise, as receitas tributárias decresceram em 3,56%, em termos reais, e as transferências correntes, 11,38%. As receitas de capital, que corresponderam a 6,00% do total das receitas, reduziu-se em 2,40% no período, em virtude do decréscimo de 16,52% nas receitas oriundas transferências de capital.

Desagregando as receitas tributárias, tem-se o ICMS como principal tributo, representando 92,48%. No período de janeiro a setembro de 2003, sua arrecadação alcançou o montante de R\$ 1,99 bilhões, representando um decréscimo real de -3,71% em relação ao mesmo período de 2002.

O gráfico 11 mostra a evolução na arrecadação do ICMS no estado do Ceará, no período de janeiro a setembro dos anos de 1998 a 2003. Até o ano de 2001, verificou-se uma tendência crescente na arrecadação do tributo. Todavia, a partir do ano de 2002, tem-se uma queda na arrecadação, a qual vem se mantendo em 2003, em função das dificuldades que a economia cearense vêm enfrentando, face ao cenário macroeconômico que atravessa a economia nacional, com reflexos diretos na redução da atividade econômica e com a conseqüente queda na renda da população.

Gráfico 11 - Arrecadação do ICMS – Ceará - Janeiro - Agosto/1998-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE.

3.4 Despesas

No que se refere às despesas, no período de janeiro a setembro de 2003, constatou-se uma redução da ordem de R\$ 605,59 milhões, correspondendo a um decréscimo de 13,82%, em termos reais, considerando o mesmo período de 2002. Na composição dos gastos do Estado, as despesas correntes participaram com 78,22%, registrando um decréscimo de 11,85%.

Tabela 12 - Despesa estadual – Ceará – 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		VARIÇÃO (%)	
	Jan. a Set./2002 ¹	Jan. a Set./2003	Nominal	Real
TOTAL	4.381.713	3.776.122	4,61	-13,82
DESPESAS CORRENTES	3.350.819	2.953.663	7,00	-11,85
Pessoal e encargos sociais	1.679.304	1.500.321	8,45	-10,66
Juros e encargos da dívida	246.127	211.025	4,07	-14,26
Outras despesas correntes	1.425.388	1.242.317	5,80	-12,84
DESPESAS DE CAPITAL	1.030.895	822.458	-3,16	-20,22
Investimentos	464.483	259.107	-32,29	-44,22
Inversões financeiras	273.561	288.496	28,01	5,46
Amortizações da dívida	292.851	274.856	13,93	-6,14

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

¹ Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A – 55% e IGP-DI – 45%), a preços médios de setembro/2003.

Vale destacar que os juros e encargos da dívida reduziram-se em 14,26% no período, em função do efeito da variação cambial. Cabe lembrar que 50,70% (maio/2003) da dívida do Estado estava atrelada ao dólar. Já as despesas de capital, decresceram em 20,22%, em termos reais, no período de janeiro a setembro de 2003, em relação ao mesmo período de 2002. Por sua vez, os gastos com investimentos apresentaram uma redução de 44,22%. Já as despesas com amortização da dívida decresceram 6,14% em relação ao período anterior.

OPINIÃO IPECE

COERÊNCIA NA POLÍTICA MACROECONÔMICA

Marcos Costa Holanda^()*

O ano de 2003 termina de forma bastante diferente do ano passado.

O cenário do final de 2002 era de incerteza política, expectativa de alta para a inflação, tendência de elevação da taxa de juros, desvalorização do câmbio, Risco-País acima de 2.400 pontos, perspectiva de baixo crescimento econômico, dúvidas em relação a trajetória da dívida pública e a solvência fiscal do governo.

Naquele momento o Governo Federal, recém eleito, de forma corajosa e para surpresa de muitos, adotou as medidas tecnicamente corretas.

Na Política Monetária iniciou um processo de forte aumento dos juros e na Política Fiscal anunciou uma elevação da meta de Superávit Primário (SP), compatível com as perspectivas de juros e crescimento da economia.

O ano de 2003 termina com a inflação sob controle, juros em tendência de queda, câmbio estabilizado, Risco-País abaixo de 700 pontos, perspectivas positivas de maior crescimento econômico e expectativas positivas em relação à dívida pública.

Espera-se assim, que o Governo Federal seja coerente com as medidas tomadas em 2002 e adote as políticas tecnicamente corretas para o cenário atual.

Na Política Monetária ele já o fez e iniciou um processo de redução gradual e contínua da taxa de juros.

Falta agora a coerência na Política Fiscal. Os parâmetros aqui mencionados, que em 2002 justificavam o aumento do SP de 3,75% do PIB para 4,25%, hoje justificam seu retorno para o nível inicial de 3,75%.

^(*) Diretor-Geral do IPECE, PhD pela Universidade de Illinois.

O quadro a seguir mostra os superávits primários necessários para estabilizar a dívida pública total do setor público em 55% do PIB, de acordo com vários cenários de juros e crescimento econômico.

A redução de 0,5% do PIB no SP abre uma janela para aumento de gastos com investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões por ano.

Propomos que tais investimentos sejam repassados aos Estados a partir da reestruturação do fluxo de pagamento do serviço de suas Dívidas.

A fórmula que define a dinâmica da razão entre a Dívida Pública e o Produto Interno Bruto é:

$$Z^* = (R - X) Z - SP$$

Z^* = Relação Dívida/PIB no tempo

R = Taxa de juros reais

X = Taxa de crescimento do PIB real

Z = Relação Dívida/PIB inicial

SP = Superávit Primário em % do PIB

Quadro 1 Metas de SP para estabilizar Z em 55% de acordo com cenários de juros e crescimento da economia

JUROS%	CRESCIMENTO PIB%	DÍVIDA/PIB	SP %
13	2,0	0,55	6,05
12	2,5	0,55	5,22
11	3,0	0,55	4,40
10	3,0	0,55	3,85
10	3,5	0,55	3,57
9	3,5	0,55	3,02
9	4,0	0,55	2,75

DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CEARÁ: O INÍCIO DE UMA LONGA CAMINHADA

Cláudio André^()*

O desenvolvimento social é um processo gradativo, que proporciona à população acesso e direitos a bens e serviços de forma equivalente ao observado nas localidades consideradas desenvolvidas, e é também um processo bastante abrangente, contemplando uma série de dimensões específicas. Assim, na tentativa de implementar mudanças significativas na área social, o governo do Estado está desenvolvendo um Plano de Desenvolvimento Social para o Ceará, cujo passo inicial foi a institucionalização do Regime de Metas Sociais para os municípios do Ceará, que consiste na seleção de metas a serem perseguidas em função de indicadores quantitativos de educação, saúde e renda visando a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Mas, o plano de desenvolvimento social é muito mais amplo e tem como componente mais visível em sua fase inicial o Sistema de Inclusão Social do Ceará, que foi lançado recentemente pelo governo do Estado através de uma parceria entre a Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIM), a Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Para o lançamento do referido sistema, foi desenvolvida uma metodologia para mensurar a inclusão social no Ceará, o que é feito através de um índice sintético de inclusão, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Uma característica importante do IDS, que o diferencia da maioria dos índices sociais desenvolvidos na literatura, é a sua construção em duas dimensões de políticas. Assim, o IDS possui uma dimensão de resultado, que procura identificar os objetivos finais que se quer chegar em termos de inclusão, e a dimensão de oferta, que define os instrumentos empregados pelo governo para alcançar tais objetivos.

Esta separação é importante porque, apesar de a prioridade serem os resultados, o governo só possui controle sobre a oferta de serviços públicos. E, a partir dos cálculos desses índices

^(*) Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Mestre em Economia pela a Universidade da Pennsylvania State University e CAEN-UFC.

será possível identificar como a oferta influencia nos resultados e direcionar a oferta futura através da definição de metas e programas sociais.

Quais são as dimensões sociais trabalhadas? Basicamente, o IDS (de resultado e de oferta) é medido a partir de uma série de indicadores referentes a 5 dimensões específicas: educação, saúde, condições de moradia, emprego e renda e desenvolvimento rural. É interessante mencionar que o IDS é uma média ponderada dos índices calculados para cada dimensão e que penaliza os municípios que apresentam uma grande dispersão entre os indicadores que compõem cada dimensão em análise. Ademais, estes índices relativizam os resultados obtidos de tal forma que os municípios em melhor e pior situação possam ser devidamente identificados.

Cálculos do IDS-R mostraram que a grande maioria dos 184 municípios cearenses encontra-se em uma posição intermediária em termos de desenvolvimento social. Existem diferenças importantes, mas estas diferenças tendem a não ser muito extremas em grande parte dos casos. Muitas localidades apresentam discrepâncias significativas em relação às demais ao nível das dimensões mas, na média, encontram-se em uma situação relativamente próxima. Grande parte da população cearense reside nos municípios em melhor condição, enquanto que, em termos gerais, os municípios mais populosos tendem a apresentar os melhores resultados (mas, apesar disto, vale ressaltar que nem todos que residem nessas localidades vivem em condições satisfatórias). Cálculos similares foram feitos para o IDS-O.

Uma outra constatação que pode ser feita diz respeito à relação existente entre o IDS-R e o IDS-O. Mais especificamente, há uma razoável interseção entre os municípios que apresentam as melhores (piores) condições de oferta e aqueles que apresentaram os melhores (piores) resultados. Esta é uma relação esperada, uma vez que melhores condições de oferta, de um modo geral, potencializam a obtenção de melhores resultados. Adicionalmente, a análise efetuada indica que ao se elevar o IDS-O, há incrementos no IDS-R, mas de forma descrente, isto é, o impacto de um aumento das condições de oferta em municípios onde o IDS-O é relativamente baixo é relativamente maior que nas localidades onde a oferta já apresenta condições mais satisfatórias.

Além disto, constata-se que as características locais dos municípios, tais como condições climáticas, a disponibilidade de recursos hídricos, o grau de urbanização, a densidade

demográfica, a proximidade da Microrregião de Fortaleza, as vocações econômicas naturais, etc. são fundamentais para determinar os resultados. Em outras palavras, se for dada a mesma oferta de serviços públicos na área social para dois municípios, provavelmente haverá variações em seu índice de resultados exatamente devido a essas diferenças. A análise dos dados mostra que a maioria dos municípios que apresentam características desejáveis, via de regra, apresenta resultados melhores.

A partir desses resultados foram, também, estabelecidas metas e selecionados programas que serão priorizados tendo em vista potencializar os impactos das políticas sociais sobre a população do Estado, principalmente dos municípios mais pobres.

Estes são, portanto, os primeiros passos que vêm sendo dados nesta longa caminhada para que seja implementado completamente o Plano de Desenvolvimento Social do Ceará. E, as medidas já adotadas são de fundamental importância para o sucesso das etapas posteriores deste processo.

PROGRAMA COMBUSTÍVEL VERDE - BIODIESEL DE MAMONA

Rogério Barbosa ()*

No passado, o Brasil já ocupou posição significativa no mercado mundial de mamona, em função das condições favoráveis para o desenvolvimento da cultura no País. Atualmente o Governo Federal por meio do Ministério da Agricultura e do Ministério de Minas e Energia pretende incentivar a produção de mamona com o objetivo de produzir Biodiesel, ou "petróleo verde", como é comumente conhecido, por meio do Programa Combustível Verde – Biodiesel.

A meta do programa é implantar 100.000 hectares no semi-árido brasileiro em 2004, nos municípios incluídos dentro do zoneamento agrícola direcionado para a mamona consorciada com a cultura do feijão. A meta para os anos seguintes, é: 200.000 ha para 2005; 300.000 ha para 2006 e 400.000 ha para 2007. Os recursos para a implantação do projeto já estão incluídos no Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 do Governo Federal.

O biodiesel originado da mamona é um combustível renovável, substituto do óleo diesel, que não necessita de qualquer modificação no motor diesel para usá-lo. Além de ser renovável, sua produção traria ao Brasil outros benefícios, entre eles a relativa substituição de importação de petróleo e uma maior independência em relação ao exterior

O potencial para o biodiesel é correspondente ao grande mercado atual e futuro do diesel, como alternativa de substituição parcial ou até total desse derivado de petróleo. A princípio, a capacidade produtiva para o biodiesel precisa ser estruturada, o que demanda tempo, portanto, a proposta inicial do programa é a substituição parcial de 5% do diesel consumido. O consumo de diesel no Brasil em 2003, corresponde a 42% da demanda total por combustíveis derivados de petróleo, sendo a gasolina o segundo combustível mais consumido (26%).

(*) Engenheiro Agrônomo do IPECE, Mestrando em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará.

No exterior, a utilização do biodiesel não é novidade, o mesmo já é utilizado como aditivo ao diesel do petróleo, em proporções que variam de 5% a 30%, em países como na França, EUA, Argentina e Austrália. A patente mundial do biodiesel da mamona (expirada), era do pesquisador brasileiro Expedito Parente da Universidade Federal do Ceará.

O Ceará foi o pioneiro no lançamento do Projeto Mamona. A meta da Secretaria de Agricultura e Pecuária - SEAGRI é implantar, em 2004, 10mil hectares de mamona consorciada com feijão, gerando uma produção anual de 9.900 toneladas de mamona, capaz de produzir cerca de 4,257 milhões de litros de biodiesel, com base na agricultura familiar, contribuindo assim, com o Programa Fome Zero.

O Projeto Mamona no Ceará vai ser implantado em 69 municípios cearenses nas zonas rurais com potencial para o desenvolvimento da cultura, contemplando as mais carentes. A princípio, o Programa vai abranger as regiões do Cariri, Sertão Central/Inhamuns, Ibiapaba, Maciço do Baturité, Jaguaribe, Litoral Norte e Pecém.

A produção do biodiesel no Ceará representa uma nova dinâmica para a agricultura de sequeiro cearense, mas traz consigo a preocupação de se compreender os grupos de interesse e os processos que designam as relações sociais de produção. Pois em um mercado cada vez mais competitivo que prima pela eficiência, pode ocorrer a exclusão de pequenos produtores menos capacitados para enfrentar um novo tipo de empreendimento.

Neste contexto há a necessidade de se conhecer a cadeia produtiva da mamona, seus atores e os reflexos que este programa trará para a estrutura agrária econômica, social e política do Estado, de forma que a sistematização das articulações existente, propicie aos tomadores de decisão, estruturar estratégias de organização da cadeia voltadas para o seu desenvolvimento integrado.